

o exercício de funções em regime de substituição como secretária de justiça (escalão 1, índice 630) do mesmo Tribunal no período de 12 de Novembro a 31 de Dezembro de 2004.

Natália Maria Lourenço Raimundo Vicente, escritvã-adjunta (escalão 3, índice 410, até 30 de Novembro de 2004, e escalão 4, índice 450, a partir de 1 de Dezembro de 2004) do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Tribunal no período de 23 de Novembro a 31 de Dezembro de 2004.

17 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Rectificação n.º 951/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de Maio de 2005, a p. 7545, o despacho de 14 de Abril de 2005, rectifica-se que onde se lê «Maria Rosa da Silva Ribeiro, [...] no período de 15 de Junho a 18 de Dezembro de 2004» deve ler-se «Maria Rosa da Silva Ribeiro, [...] no período de 20 de Setembro a 18 de Dezembro de 2004».

17 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 12 256/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Março de 2005 do director nacional-adjunto, Dr. José Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Ana Marta Neto dos Santos Silva, docente de escalão 5 do quadro de zona pedagógica da Lezíria e Médio Tejo, da Escola Secundária de Alcanena — reclassificada na categoria de especialista superior de escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretária-Geral do Ministério da Justiça e da Direcção Regional de Educação de Lisboa. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 12 257/2005 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, se mantém transitoriamente em vigor as estruturas orgânicas dos serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOT-LVT até à nova definição da estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de director de serviços de Gestão Territorial, previsto no anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril, e importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas àquela unidade orgânica;

Reunindo o licenciado Carlos Alberto Pina Nunes, professor do quadro da zona pedagógica da península de Setúbal, os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil pretendido para o exercício do cargo:

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de substituição, o licenciado Carlos Alberto Pina Nunes no cargo de director de serviços de Gestão Territorial.

18 de Abril de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Currículo académico:

Licenciatura em Geografia Humana e Planeamento Regional pela Faculdade de Letras de Lisboa no ano de 1992. No ano de 1997 concluiu o mestrado na mesma Faculdade, em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, com uma dissertação intitulada «A sociedade pós-industrial e novas centralidades em Lisboa»;

Nos anos de 1993 e 1994 frequentou estágios na Facultat de Geografia I Història da Universitat de Barcelona, tendo elaborado um relatório sobre as alterações viárias na área metropolitana de Barcelona com os Jogos Olímpicos.

Currículo profissional:

Vínculo à função pública desde 1 de Outubro de 1992;
Desde 1999 professor do quadro de nomeação definitiva da zona pedagógica da península de Setúbal, ao qual está vinculado;
De 1999 a 2001 desenvolveu actividade como consultor, integrando equipas dos planos de bacias hidrográficas do Douro e das Ribeiras do Algarve, sendo o responsável pela componente sócio-económica. Participou na revisão do plano de urbanização de Almeirim, coordenou a componente cultural no Plano Estratégico do Concelho de Sintra;
De 1992 a 2005 como professor de Geografia do ensino secundário e como técnico da CCDRLVT, tendo assegurado a coordenação executiva dos PIC URBAN II Amadora (Damaia-Buraca) e Lisboa (Vale de Alcântara);

Despacho n.º 12 258/2005 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, se mantém transitoriamente em vigor as estruturas orgânicas dos serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOT-LVT até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de director de serviços da Direcção Regional de Administração Local, constante do mapa III do anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 224/2001, de 9 de Agosto, e importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas àquela unidade orgânica;

Reunindo a licenciada Maria Fernanda Maia de Magalhães Ilharco de Moraes Sarmento, técnica superior principal do quadro privativo da ex-CCRLVT, os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil pretendido para o exercício do cargo:

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de substituição, a licenciada Maria Fernanda Maia de Magalhães Ilharco de Moraes Sarmento no cargo de directora de serviços da Direcção Regional de Administração Local.

18 de Abril de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Currículo académico — licenciatura em Gestão e Administração Pública, especialização em Planeamento e Controlo de Gestão do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa, pós-graduação em Políticas e Gestão de Recursos Humanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e curso de especialização de Técnico em Marketing do Instituto Superior de Marketing da Escola de Administração de Empresas de Barcelona (EAEB).

Currículo profissional:

Vínculo à função pública desde 8 de Agosto de 1989;
A exercer funções de chefe de divisão na CCDRLVT desde 16 de Fevereiro de 2001, tendo a categoria de técnica superior principal do quadro de pessoal deste organismo;
De 4 de Junho de 2004 a 17 de Abril de 2005 acumulou com as funções do cargo de chefe de divisão de Modernização Administrativa e Formação, em gestão corrente, da Direcção Regional de Administração Local, da CCDRLVT, nas áreas dos recursos humanos e formação para a administração local e modernização autárquica, a coordenação funcional da Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica, da mesma Direcção Regional, nas áreas das finanças locais e cooperação técnica com a administração local;
De 1 de Setembro de 2001 a 3 de Junho de 2004 exerceu funções no cargo de chefe de divisão de Modernização Administrativa e Formação, em gestão corrente, da Direcção Regional de Administração Local, da CCDRLVT, nas áreas dos recursos humanos e formação para a administração local e modernização autárquica;
De 16 de Fevereiro a 31 de Agosto de 2001 exerceu funções no cargo de chefe de divisão de Estudos e Organização, em regime de substituição, da Direcção Regional de Administração Autárquica, da então CCRLVT, nas áreas dos estudos locais e modernização autárquica;
De 18 de Outubro de 1999 a 15 de Fevereiro de 2001 exerceu funções como técnica superior principal, na área da cooperação internacional e fundos comunitários, na Divisão de Estudos Económicos, da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento, da então CCRLVT;

De 1 de Agosto de 1998 a 18 de Outubro de 1999 exerceu funções como técnica superior de 1.ª classe e principal, na área dos estudos regionais e locais, na Divisão de Estudos e Organização, da Direcção Regional da Administração Autárquica, da então CCRLVT;

De 1 de Agosto de 1996 a 31 de Julho de 1998 exerceu funções como chefe de equipa (equiparação a chefe de divisão) da Comissão Técnica de Lisboa do Sistema Apoio a Jovens Empresários (SAJE) (estrutura de projecto), da Secretaria de Estado da Juventude;

De 11 de Maio de 1992 a 31 de Julho de 1996 exerceu funções como técnica superior de 2.ª e 1.ª classes, na área da cooperação técnica com as autarquias locais, na Divisão de Finanças Locais, da Direcção Regional da Administração Autárquica, da então CCRLVT;

De 8 de Agosto de 1989 a 10 de Maio de 1992 exerceu funções como técnica superior de 2.ª classe, nas áreas de cooperação internacional e fundos comunitários, no Departamento de Acompanhamento e Avaliação, do Ministério do Planeamento e Administração do Território.

Despacho n.º 12 259/2005 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, se mantém transitóriamente em vigor as estruturas orgânicas dos serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOT-LVT até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de director de serviços de Monitorização Ambiental, previsto no anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril, e importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas aquela unidade orgânica;

Reunindo a licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves Nunes, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil pretendido para o exercício do cargo:

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de substituição, a licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves Nunes no cargo de director de serviços de Monitorização Ambiental.

18 de Abril de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves

Curriculum académico:

Licenciatura em Geologia Aplicada e do Ambiente, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Participou em diversos seminários, congressos, sessões técnicas, acções de formação e cursos nas áreas de recursos hídricos subterrâneos e superficiais, qualidade do ar e ruído.

Curriculum profissional:

Vínculo à função pública desde 30 de Março de 1976;

Técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-DRARN de Lisboa e Vale do Tejo;

Desde Novembro de 2003:

Chefe da Divisão de Monitorização Ambiental, com funções de coordenação da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, tendo a seu cargo a Divisão de Monitorização Ambiental, a Divisão de Laboratórios e, até 8 de Novembro de 2004, o licenciamento de captação de águas subterrâneas e de operação de gestão de resíduos;

Responsável pelo projecto PIDDAC «Redes de recolha de dados relativos ao clima, hidrologia, qualidade da água e sedimentos»;

Entre Agosto de 2001 e Novembro de 2003:

Chefe da Divisão de Monitorização Ambiental da ex-DRAOT-LVT, tendo a seu cargo a monitorização dos recursos hídricos e o licenciamento de captação de águas subterrâneas;

Responsável pelos projectos PIDDAC «Redes de recolha de dados relativos ao clima, hidrologia, qualidade da água e sedimentos» e «Reabilitação do aquífero superficial da bacia do Tejo-Sado/margem esquerda na área do Seixal»;

Membro do júri de concursos para provimento de pessoal, aquisição de serviços e de equipamento e do concurso

internacional limitado por prévia qualificação para aquisição de serviços de estudo de caracterização ambiental, geológica e geotécnica e de plano de urbanização da frente ribeirinha nascente da cidade de Almada, promovido pela Câmara Municipal de Almada;

Entre Novembro de 1996 e Julho de 2001:

Técnica superior da ex-DRAOT-LVT, tendo exercido funções na área da hidrogeologia/geologia: licenciamento de captação de águas subterrâneas, monitorização de qualidade e quantidade de águas subterrâneas e apoio técnico a outras direcções de serviço;

Membro da equipa que reestruturou e implementou as redes de monitorização de qualidade e quantidade de águas subterrâneas da ex-DRAOT-LVT;

Em Março de 1976 — início da actividade na função pública, tendo exercido funções nos Ministérios do Trabalho e Segurança Social e Educação.

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 12 260/2005 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral de 19 de Maio de 2005:

Emeralda Armada Alves Coelho, técnica de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Departamento — nomeada definitivamente, precedendo concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos do disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, técnica de 1.ª classe (escala 2, índice 355) do referido quadro, com efeitos à data da aceitação. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços do Núcleo de Administração, *Cecília Silveira*.

Gabinete de Relações Internacionais

Aviso n.º 5570/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar vago de chefe de secção do quadro de pessoal do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, constante da Portaria n.º 877/2000, de 27 de Setembro, na área de pessoal, expediente e arquivo prevista no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37/98, de 24 de Fevereiro.

1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 Dezembro, e o Código do Procedimento Administrativo.

3 — Local de trabalho — Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em Lisboa.

4 — Método de selecção — avaliação curricular e entrevista.

Os critérios de aplicação e ponderação da avaliação curricular e entrevista estabelecidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 22.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da primeira acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos nos termos legais.

5 — Classificação final — será adoptada a escala de 0 a 20 valores.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao director do Gabinete de Relações Internacionais, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua do Século, 51, 4.º, 1200-433 Lisboa.

6.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação — nome, estado civil, residência, código postal e telefone;
- Categoria, vínculo e serviço a que pertence;
- Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como